

Eleições, configurações e clivagens: os resultados eleitorais de 1995

Não sei se escrevo sobre eleições para poder fazer análise política (e as eleições são apenas um pretexto ilustrativo para a aplicação de modelos de teoria política) ou se faço análise política apenas para poder interpretar as eleições (porque a questão principal em política, aquela que sobreleva todas as outras em democracia, seria a expressão do eleitorado, o modo como a acção política interage com o eleitorado), no sentido em que é pelas eleições que se obtêm indicações decisivas para responder às duas questões essenciais da política: como se estabelece o modo de legitimação de qualquer tipo de poder político e qual será a liberdade de decisão dos agentes do poder político legitimado para traduzirem as suas concepções políticas em realidades concretas socialmente aceites.

1. ELEIÇÕES E INTERPRETAÇÕES DOS RESULTADOS

Esta hesitação quanto ao estatuto das eleições como objecto de análise não é inocente. Ela tem a sua origem no facto de a imagem social mais comum sobre o que é o poder político ser de tipo utilitário, pragmático ou mesmo oportunista: o que conta é a conquista do poder, todos os métodos são justificados para atingir esse objectivo, e as eleições são apenas um passo na sequência dos instrumentos. O poder tem de ser conquistado para ser exercido, pelo que a sua legitimação é apenas um passo instrumental e, em democracia, constitui um pretexto (que está antes do poder, que é preciso para conquistar o poder, mas que não é o poder, este só existe verdadeiramente depois das eleições). O que importa, para a formação da imagem

social do poder, é quem ganha. E essa imagem é tão dominante nas sociedades modernas que é a própria vitória eleitoral que justifica a qualidade das políticas propostas, dispensando uma avaliação sobre as condições concretas da sua realização. Estas propostas são boas porque ganharam as eleições; as que perderam são, necessariamente, más porque não foram legitimadas pelo eleitorado. As condições objectivas da realização das políticas vencedoras seriam mais influenciadas pela capacidade própria dos que venceram as eleições, e passam a exercer o poder, do que dessas condições em si mesmas. Esta superioridade da «vitória eleitoral» em relação à «possibilidade política» é de tal modo marcada que a análise das eleições tende a ser mais uma descrição de resultados (e das estratégias eleitorais que a eles conduziram) do que uma interpretação das possibilidades políticas que ficam associadas a cada tipo de resultado eleitoral. A capacidade para vencer eleições sobrelêva a capacidade para realizar políticas, como se a primeira fosse, por si só, uma garantia da capacidade para transformar a realidade, como se não houvesse o risco de essa capacidade para vencer eleições ser apenas uma capacidade para manipular as emoções dos eleitores no período em que se realiza a consulta eleitoral.

Porém, uma reflexão sobre a evolução das formações do poder, ou sobre a evolução das formas que vão tendo os sucessivos resultados eleitorais ao longo do tempo, revela que essa imagem social do poder como um dispositivo de acção (o poder em si mesmo, o poder como exercício legitimado por um resultado eleitoral, o poder que é atribuído a um protagonista político concreto) nunca é independente da mobilização eleitoral continuada (isto é, para além do dia das eleições, para além do momento em que se define quem ganha e quem perde) que for capaz de gerar e alimentar (o poder que é reflectido através da sociedade quando esta produz o efeito de amplificação e de concretização das decisões do poder, fazendo delas verdadeiros instrumentos de transformação da realidade). A hesitação entre a sequência «análise política exemplificada com eleições» e a sequência «eleições interpretadas por análise política» não é, de facto, inocente. Num caso, o primeiro, a prioridade é atribuída à identificação dos quadros de possibilidades, e as eleições servem como indicadores do desvio do eleitorado a essa linha de necessidade objectiva: o que conta não é cada eleição, mas sim a série de eleições, pois é a sequência dos vários resultados eleitorais que vai revelar como o eleitorado se aproxima ou se afasta dessa linha de necessidade objectiva identificada pela análise. No outro caso, onde as eleições ocupam o primeiro plano, a prioridade é atribuída ao sinal do eleitorado: mesmo que esteja iludido e as suas escolhas o afastem da linha de possibilidades objectivas, o eleitorado continua a ser o «soberano» e a análise política apenas pode interpretar o que o eleitorado transmite.

É certo que, mesmo no segundo caso, quando se atribui prioridade aos resultados eleitorais, o analista ainda pode identificar o que serão as consequências do desvio ou da convergência entre as indicações do eleitorado e o que é o campo de possibilidades. Porém, já só o poderá fazer numa óptica de registo — fatalista, se houver desvio; optimista, se houver convergência —, passando de eleição para eleição e verificando o que são as posições relativas de duas curvas, a dos resultados eleitorais e a das possibilidades políticas, com as segundas subordinadas aos primeiros. Quando se atribui a prioridade aos quadros de possibilidades políticas, as eleições passam a ser vistas como oportunidades de correcção, como oportunidades para realizar a convergência entre as razões de escolha do eleitorado e as possibilidades políticas: a eleição que realmente conta é sempre a próxima, no sentido em que vai oferecer mais uma oportunidade para se tentar organizar esta convergência.

Mais de vinte anos depois de ter começado a analisar as eleições em Portugal, continuo sem poder escolher entre o estatuto das eleições como matéria-prima (o que se manipula para estabelecer as formações do poder ou para adaptar as expectativas do eleitorado ao que são os quadros de possibilidades) e o seu estatuto de produto final (uma realidade objectiva que se traduz nos números de cada eleição concreta e a que o poder formado depois delas deve obedecer). Isto é, continuo sem poder optar entre descrições de processos eleitorais em que o eleitorado é uma «audiência seduzida» que tem como principal efeito legitimar o poder e descrições de processos eleitorais em que o eleitorado é um «produtor originário» que gera novos quadros de possibilidades políticas ao revelar o que são os seus desejos.

Este artigo não conseguirá resolver esta ambiguidade entre estas duas interpretações dos processos eleitorais, antes a reforça. O facto de uma vitória eleitoral identificar o que é o novo campo de possibilidades políticas desejado pelo eleitorado condiciona o campo de liberdade dos decisores políticos, mas não determina, só por si, que esse novo campo de possibilidades seja concretizável: o eleitorado pode desejar o que não é politicamente realizável. Isto é, uma vitória eleitoral (que é um facto objectivo em si mesmo) pode encobrir uma impossibilidade política e, por isso, pode anunciar uma futura derrota política da qual decorrerá uma futura derrota eleitoral (e a única dúvida passa a ser a que se reporta ao tempo de maturação deste processo que conduz à derrota anunciada). Mas não deixa de ser possível que os que obtêm uma vitória eleitoral num sistema de desejos do eleitorado que não sejam realizáveis saibam aproveitar o seu tempo de poder legitimado para transformar os desejos do eleitorado, o que lhes oferece a oportunidade de interromper a tendência esperada que os conduziria à derrota futura. Nestes termos, ambas as interpretações do que é o estatuto das eleições continuam em aberto, tudo depende do que os agentes políticos pretendem fazer com os resultados eleitorais.

As eleições de 1995 são aquelas que mais elementos oferecem para a clarificação desta questão, justamente porque a colocam no primeiro plano: são eleições onde a interpretação dos desejos do eleitorado está directamente dependente do que for a interpretação das características do quadro de possibilidades. Neste sentido, são eleições diferentes de outras, de interpretação mais complexa — e que é ainda mais complexa porque, por ingenuidade ou por deliberação, não lhes foi reconhecida essa complexidade quando foram feitas as interpretações dos resultados eleitorais. Em termos muito gerais, as eleições de 1975 são as eleições fundadoras, aquelas que explicitam o perfil político da sociedade portuguesa e que não são comparáveis com nenhuma outra eleição anterior (nenhuma tinha sido disputada no contexto de recenseamento universal). As eleições de 1985 e de 1987 são disputadas no quadro da integração de Portugal no espaço económico e político europeu, abrindo um campo de possibilidades novo, e as eleições de 1991 poderiam ser vistas como meras eleições de continuidade dentro destas novas condições associadas à integração europeia. As eleições de 1995 serão outra coisa, muito diferente: o período de 1991 a 1995 vai ser o da resposta à primeira crise portuguesa dentro do espaço europeu — isto é, o da resposta a uma crise de tipo novo, cuja resolução já não pode ser encontrada dentro do campo de possibilidades interno, que se desenvolve entre 1992 e 1995, praticamente até à realização das eleições, e que coloca no primeiro plano a consistência da modernização da sociedade portuguesa e dos comportamentos dos seus grupos sociais. Antes de ser uma escolha entre continuidade ou alternância no poder, uma escolha entre partidos e entre candidatos a primeiro-ministro, estas últimas eleições seriam um comentário sobre a qualidade da modernização da sociedade portuguesa, sobre a sua capacidade para se prosseguir ou para se abandonar a via da modernização estrutural. Pelo menos tão importante como o resultado eleitoral seria este indicador da reflexão do eleitorado sobre o que deseja ser o ritmo da modernização ou o grau de competitividade que está disposto a aceitar.

É esta sequência (desde a fundação da democracia até às eleições de adaptação aos efeitos da integração europeia) que torna as eleições de 1995 singularmente relevantes e é isso que justifica a expectativa de que a sua análise possa contribuir para, pelo menos, explicitar os termos em que a questão do estatuto das eleições se coloca. Não se trata de um pormenor de análise política ou de uma curiosidade secundária. Esta poderá ser a questão vital para o futuro próximo, pois, como se procurará mostrar neste texto, o efeito conjugado das mudanças rápidas nas sociedades ocidentais e a transformação dos modos de exercício da acção política em cada sistema político nacional vão colocar no primeiro plano a problemática da legitimação do poder político em contextos de instabilidade, em situações longe do equilí-

brio, porventura em contextos de emergência, onde muito do que é hoje considerado adquirido estará a ser posto em causa pela mudança do quadro de possibilidades objectivas.

As eleições são um momento singular de grande intensidade política, um ponto no tempo (um intervalo de doze horas) em que se acumulam os efeitos de múltiplas séries de actos políticos, um processo de síntese, onde tanto os agentes políticos como os próprios eleitores se confrontam com uma realidade nova que é produzida nesse preciso curto e singular período. No funcionamento de um sistema democrático não há nenhum outro contexto de intensidade comparável. Mas não é fácil identificar, sem deixar margem para dúvidas, como se produz esta singular intensidade, quais são os mecanismos que formam o processo de síntese gerador desse facto real, objectivo, que é o resultado eleitoral.

O ESTATUTO DO RESULTADO ELEITORAL

Não há, no campo da análise política, muitos temas que sejam susceptíveis de descrição em termos numéricos rigorosos, e este facto não é indiferente para se compreender o interesse despertado pelas eleições, na medida em que lhes corresponde a medida política por excelência para os sistemas democráticos. A ser possível uma «matemática da política», ela será de tipo qualitativo ou ordinal, justamente porque as interações são muito mais relevantes do que uma qualquer informação que apareça na forma de um número bem definido. O campo da realidade é, em política, inseparável do campo da possibilidade, o registo estático só tem interesse analítico quando pode ser integrado numa análise dinâmica¹. Por isso, é compreensível que o resultado eleitoral apareça como um caso excepcional para a análise política: este é um caso de realidade «real», não é uma questão de opinião ou um elo numa cadeia de possibilidade, cujo «resultado» só pode ser identificado muito tempo depois de ter existido. Porém, nem mesmo este que é o traço

¹ O paradigma da dinâmica política fica expresso na analogia com as águas do rio ou com as ondas do mar, sempre diferentes nas suas formas concretas, embora com uma necessidade interna que faz surgir essas formas. O paradigma da ciência ocidental aparece, pelo contrário, na imagem da queda da maçã na cabeça de Newton, com um determinismo susceptível de ser previsto por leis que se mantêm válidas em todas as circunstâncias. Para Leonardo da Vinci e para Maquiavel (a fortuna é um rio, no capítulo xxv do *Príncipe*), a dinâmica das águas e das imagens de turbulência são as analogias essenciais. Para Newton, mas também para a cultura ocidental do iluminismo, para Hobbes ou Locke, o que conta é a elaboração de leis de validade universal, indicadores seguros para todas as circunstâncias. Sobre este tema, v. Roger D. Masters, *Machiavelli, Leonardo, and the Science of Power*, University of Notre Dame Press, 1996.

real por excelência em política, o resultado eleitoral, é desprovido de ambiguidade — mais exactamente, de várias camadas de ambiguidade, provenientes de origens diferentes. Quando analisado em pormenor, nem mesmo este número é, afinal, bem definido, apesar de ser conhecido ao pormenor das casas decimais que se quiser. Identificar estes factores de ambiguidade, que tornam, afinal, complexo um número que parecia simples, é uma das primeiras precauções a ter quando se procura fazer análise de eleições.

O eleitorado que produziu essa realidade política não é um sujeito que possa ser identificado como sendo dotado de consciência própria, não é um artista que produz uma obra, não é um filósofo que organiza uma reflexão. O eleitorado é uma entidade ambígua pela sua multiplicidade e o que produz não pode deixar de transportar e de revelar essa ambiguidade: é um agregado, é uma composição de vontades e de ilusões, onde cada elemento não tem um peso específico decisivo, só existe no contexto da sua agregação durante o dia da eleição, para não mais tornar a existir (em próximas eleições, o eleitorado já será outra entidade, o seu modo de agregação será diferente, o contexto em que assume a sua existência já será outro). O eleitorado é uma entidade que se mantém dispersa por um período longo, que vai ganhando graus de concentração durante a fase de propaganda eleitoral (embora as pessoas envolvidas em sessões políticas e em comícios correspondam apenas a um muito pequeno grupo dentro do eleitorado), que se consolida durante um período de doze horas e se dispersa imediatamente a seguir. O eleitorado existe apenas para produzir o número eleitoral, extingue-se no preciso momento em que terminou a composição desse número². É um facto (objectivo) que o número eleitoral vale por si mesmo e dele decorrem efeitos. Mas também é um facto (analítico) que a existência desse número não é independente da entidade que o produziu e do contexto em que essa produção se consuma. A existência do número eleitoral não dispensa que se proceda à análise do eleitorado, a entidade que produz esse número e que só existe para o produzir, extinguindo-se logo que cumpre essa função; e, se o eleitorado é uma entidade ambígua, o que produz não pode deixar de revelar essa origem, mesmo que esse produto pareça ser um número bem definido.

² As técnicas mais recentes das sondagens à boca das urnas vieram alterar significativamente esta qualidade do eleitorado como uma entidade que se extingue no momento em que termina a sua função de composição de um número. Agora, a meio ou a um terço do fim do dia eleitoral, do período de composição do número, já se pode saber o que será esse número ou, pelo menos, o que será o intervalo relevante dentro do qual se localizará. Nestas novas condições, os últimos eleitores já são peças de um jogo que não vão alterar o resultado, ainda que continuem a ser necessários para que o resultado previsto se confirme — isto é, ao mesmo tempo inúteis e indispensáveis.

O número eleitoral é, na verdade, um pequeno conjunto de valores numéricos inter-relacionados (a votação obtida por cada partido ou candidato e a abstenção, os votos brancos e nulos), em geral suficientemente distantes entre si para que sejam significativos. Mas significativos de quê? Logo a seguir ao conhecimento destes valores haverá que aguardar pela interpretação que deles vai ser feita pelos diferentes dirigentes políticos (e pelos responsáveis institucionais que têm a obrigação de os descodificar³). Isto é, o campo da realidade identificado pelo número eleitoral é imediatamente transformado em campo de possibilidades, e só não será assim quando a nitidez dos valores numéricos relevantes for razão bastante para o limitar à sua interpretação literal. Nos casos em que essa interpretação literal não é suficiente, os primeiros destinatários da decisão do eleitorado passam a ser os seus intérpretes qualificados, na medida em que lhes compete estabelecer as condições da sua tradução política adequada. Neste sentido, o número eleitoral é tanto mais significativo quanto mais distanciados forem os valores numéricos inter-relacionados que o compõem. Mas estes valores numéricos são inter-relacionados de um modo especial, atraindo-se e repelindo-se: o voto em cada partido significa a rejeição dos outros, a abstenção pode ser uma indecisão ou uma transição entre votos diferentes, o voto nulo pode ser uma escolha ou um erro e até o valor dos eleitores recenseados, que vai ser usado para definir a abstenção, pode estar distorcido por erros administrativos. O número eleitoral é simples, mas os valores numéricos inter-relacionados que estão na sua composição não são simples nem são simplificáveis.

Para além disso, o número eleitoral condiciona a política, mas não é a política — só que esta não pode existir, em bases legitimadas, sem aquele. Esta circularidade introduz uma nova camada de ambiguidade, agora resultante da liberdade de interpretação que é atribuída aos responsáveis políticos e, em especial, resultante da autonomia dos vencedores na formulação da tradução política adequada para o resultado eleitoral. Ainda que o resultado eleitoral não tenha ambiguidade em si mesmo, a sua tradução política adequada pode tê-la — e é esse o caso mais frequente, justamente porque a entidade que produziu esse resultado é, ela própria, ambígua, resulta de uma agregação de múltiplos interesses e não pode ser confundida com um sujeito dotado de consciência, portador de uma leitura unívoca sobre o quadro de possibilidades. Mais importante ainda, porque essa entidade se extingue no

³ Em Portugal, a Constituição determina que o presidente da República nomeia o primeiro-ministro «tendo em conta os resultados eleitorais», o que pressupõe um trabalho de interpretação, designadamente quando não há maioria absoluta de um só partido (artigo 190º, sobre a formação do governo).

próprio momento em que torna conhecida a sua expressão, não pode ser parte activa na interpretação do que foi a sua expressão.

É admissível que seja nesta distância, entre a realidade do resultado eleitoral e a amplitude da interpretação que dele vai ser feita até se chegar à sua tradução política adequada, que está o que torna a análise das eleições um objecto de análise política especialmente interessante. As eleições são a origem da legitimidade do poder em democracia, pelo que tudo o que contribuir para reduzir a sua ambiguidade, para clarificar a sua interpretação, para identificar o que formou a «vontade do eleitorado», será útil para explicitar o que é constituinte dessa legitimidade (e será importante para o posterior exercício eficaz do poder). Por outro lado, a objectividade do número eleitoral actua como uma referência incontornável não só pelos efeitos que gera para a formação do poder, mas também porque qualquer interpretação que se apresente terá de conter esse dado irrecusável. Mais relevante ainda para o interesse da análise das eleições será o facto de esse número eleitoral identificar a diferença entre a vitória e a derrota, o que significa que também separa o que é politicamente viável (porque aparece legitimado pelo eleitorado) do que é politicamente rejeitado (depois de não ser escolhido pelo eleitorado): neste sentido, um resultado eleitoral pode ser um marco que separa épocas ou fases políticas. A análise de eleições implica a interpretação do resultado eleitoral em relação à sua origem, em relação à sua formação e em relação aos seus efeitos no futuro, mas também em relação ao que foram os resultados passados e as respectivas interpretações — ou seja, implica o campo de observação mais vasto que pode existir na análise política em escala nacional.

Há, contudo, um outro modo de sublinhar o interesse da análise eleitoral e que já não se relaciona apenas com a amplitude do campo de observação que essa análise exige. Hitler ganhou eleições democráticas (ainda que com maioria relativa), e esse é um «escândalo da democracia» que, só por si, alerta para a exigência de uma análise cuidada do que é a «vontade do eleitorado». Desde logo, nenhum resultado eleitoral, por objectivo e bem definido que seja, pode ser interpretado fora do seu contexto (composto pelo campo estratégico e pelas configurações dentro das quais os eleitores estabelecem as suas escolhas): cada resultado eleitoral é relativo ao seu referencial de enquadramento e só dentro dele tem sentido. Mas também nenhum resultado eleitoral é independente das suas consequências, sejam elas as consequências concretas que dele resultam, sejam as consequências antecipadas em função da avaliação do quadro de possibilidades, que é feita por quem tem a responsabilidade de traduzir essas consequências antecipadas em políticas adequadas que as concretizem: o resultado eleitoral é relativo às condições de viabilidade do que ele produz ou permite que seja produzido a partir dele. Mais do que no resultado eleitoral obtido por Hitler,

o «escândalo da democracia» está na interpretação que se fez desse resultado, sem atender ao que podia ser produzido a partir dele.

O RESULTADO ELEITORAL E O MECANISMO DEMOCRÁTICO

Apesar da importância crucial do resultado eleitoral, ele não é o produto de uma entidade que proceda a uma avaliação rigorosa dos quadros de possibilidades políticas. E, pela sua natureza de um número composto, não tem sentido, nem mesmo metafórico, referir a «vontade do eleitorado», não há um sujeito que formule essa vontade: extingue-se quando se pronuncia e, em qualquer caso, a natureza do seu pronunciamento é pluralista, porque tem diversas possibilidades de escolha e porque todas essas escolhas, numa democracia efectiva e qualquer seja o modo de traduzir o resultado eleitoral em resultados institucionais, têm significado e devem ser tidas em conta nas interpretações. Ou seja, não há nenhuma garantia de rigor político no resultado eleitoral nem há nenhuma garantia de que atrás desse resultado esteja uma vontade bem definida. Não existem estas duas garantias, nem têm de existir. Mais exactamente: se o resultado eleitoral fosse fundamentado com rigor político e se a «vontade do eleitorado» tivesse uma existência efectiva, não poderia existir democracia (só poderia existir o absoluto dessa vontade) e, por maioria de razão, não existiria poder democrático (mas um poder representativo absoluto), do mesmo modo que não poderiam ser exigidos aos agentes políticos os dois requisitos de que depende a avaliação da sua acção, a responsabilidade e a convicção (que dependem do modo como o agente político interpreta esses resultados eleitorais). O que é essencial no resultado eleitoral é que ele opera como um filtro aleatório de distribuição do poder, de produção de alternância, cujo funcionamento é assegurado pelo facto de o eleitorado não proceder a uma avaliação rigorosa do quadro das possibilidades políticas e pelo facto de o eleitorado não ser sujeito de vontade bem definida.

Admita-se, por um instante, que o eleitorado procede a uma avaliação rigorosa do quadro das possibilidades políticas. Para isso, certamente utilizará o quadro teórico disponível, que será do mesmo tipo do que está à disposição dos agentes políticos. Ou seja, não será provável que se encontre diferença de relevo entre o que é a avaliação do quadro de possibilidades feita pelos responsáveis políticos e a que é elaborada pelo eleitorado que está a utilizar o mesmo tipo de quadro teórico. Nesta hipótese, as eleições não introduzem nenhum factor de novidade, não criam a oportunidade da surpresa. Se uma situação política estiver bloqueada nas relações entre os responsáveis políticos, continuará bloqueada depois de o eleitorado se pronunciar, justamente porque este estará a proceder a uma avaliação do quadro de

possibilidades idêntica (ou com muito pequenas variações) à que é feita pelos que produziram o bloqueamento. No limite, não se justifica a realização de eleições — e é nesse argumento que se fundamenta a ditadura: não há lugar para eleições porque não há lugar para uma diferente avaliação do quadro de possibilidades.

Admita-se, também só por um instante, que o eleitorado é uma entidade dotada de vontade própria bem definida. Como essa entidade, detentora da soberania, também é a fonte da legitimidade, nenhum dirigente político escolhido por esta vontade poderá ter vontade superior a ela. Ou seja, o eleito só pode ser o mais estrito representante dessa vontade superior, não sendo responsável pelas consequências das suas ações (é obrigado a tomá-las, numa atitude de registo notarial, podendo resistir apenas onde houver um vazio, uma lacuna, na expressão da «vontade do eleitorado») e não podendo ter convicções próprias (que equivaleria a pretender ter uma vontade superior à vontade própria do eleitorado).

Estas duas ficções, aceites como realidades apenas por dois breves instantes, têm exemplificação prática, não são ficções puras. A primeira tem ilustração na sociedade totalitária, que é uma sociedade morta, porque não pode existir variedade nem surpresa, todas as vontades têm a mesma fórmula constituinte, existe um colectivo permanente onde nenhuma individualidade se pode afirmar. A segunda tem ilustração na sociedade conventual, onde não há lugar para uma responsabilidade e para uma convicção que não sejam o serviço permanente da vontade divina. Em ambos os casos, o fundamentalismo equivale à destruição inevitável da democracia. Admitir-se que o eleitorado estabelece a avaliação rigorosa das possibilidades políticas ou que o eleitorado é uma entidade dotada de vontade própria bem definida tem consequências perversas.

O mecanismo democrático é de uma natureza muito diferente. O que conta na expressão do eleitorado é justamente o facto de não ser, nem se pretender que seja, a repetição das avaliações feitas pelos responsáveis políticos. Não lhe corresponde uma «vontade do eleitorado» que, para existir, teria de destruir as vontades individuais que se agregaram, que fizeram a composição, desse resultado eleitoral a partir da pluralidade de interesses e de posições de uma sociedade livre. É por isso que a entidade eleitorado tem de se extinguir no preciso momento em que a sua expressão é conhecida. É a inexistência de um «eleitorado permanente», é o silêncio que se segue à expressão da «vontade do eleitorado» depois interpretada por outros, que permite o funcionamento continuado da democracia. Por outro lado, é o facto de existir espaço para a expressão da responsabilidade e da convicção dos dirigentes políticos, designadamente dos que foram escolhidos para exercer o poder legitimado, que produz a oportunidade para novas expressões do

eleitorado no futuro, nos momentos previamente determinados para se formular uma nova expressão, ou quando a alteração relevante de circunstâncias (em relação ao contexto da sua última expressão) justificar a antecipação desses prazos. É a afirmação da responsabilidade e da convicção dos dirigentes políticos que, por sua vez, justifica que o eleitorado se pronuncie sobre a evolução política ocorrida desde a última eleição — não porque faça uma avaliação rigorosa do quadro das possibilidades políticas, mas sim porque se pronuncia sobre a avaliação concreta da experiência que conhece. Ou seja, é porque existe responsabilidade e convicção por parte dos agentes políticos que se justifica a realização periódica de eleições, em intervalos suficientemente longos para que essa responsabilidade e essa convicção dos agentes políticos se revelem, mas também suficientemente curtos para que as consequências dos fracassos políticos não se prolonguem por um tempo excessivo⁴. A democracia continuada pressupõe as eleições periódicas.

A eficiência deste mecanismo democrático é maior em termos negativos do que em termos positivos: é mais eficiente a expressão do eleitorado para afastar os que falham (o que resulta de uma experiência concreta a que cada um dos eleitores tem acesso natural) do que para escolher os melhores (para o que o eleitorado não dispõe de condições de avaliação nem tem de ter — e, se tivesse, o que se ganharia em qualidade da escolha eleitoral seria mais do que neutralizado pela redução do sentido de responsabilidade e de afirmação de convicções próprias, que são as qualidades essenciais dos agentes políticos, aquelas que são necessárias para enfrentar as contingências que ninguém pode antecipar). E é justamente porque o eleitorado não é um «colégio eleitoral» (ou seja, não é um grupo especializado na selecção de responsáveis políticos) que tem um efeito aleatório, um efeito próprio de surpresa e de contingência, muitas vezes de decisão tomada no último momento por grandes grupos de eleitores. Mas também é esta contingência inerente à acção do eleitorado que torna a sua função estritamente política, parte integrante da dinâmica política e gerando contextos novos que não poderiam existir se não houvesse esta expressão do eleitorado.

⁴ É Karl Popper quem sugere que se abandone a velha questão de saber quem deve governar para se concentrar a atenção na «questão inteiramente nova [que] deveria ser reconhecida como o problema fundamental de uma teoria política racional. Formulei-a nos seguintes termos: como deverá ser constituído um Estado de modo que os maus governantes possam ser afastados do poder sem violência, sem derramamento de sangue. Ao contrário da velha questão, trata-se de um problema essencialmente prático, quase de carácter técnico. As chamadas democracias dão todas elas bons exemplos de soluções *práticas* para o problema, mesmo que as não tenham conscientemente concebido para tal efeito» (Karl Popper, «Alguns problemas práticos da democracia», in *Balanço do Século, Ciclo de Conferências Promovido pelo Presidente da República*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990).

A NECESSIDADE DA INTERPRETAÇÃO DO RESULTADO ELEITORAL

O eleitorado tem sempre razão — no sentido estrito de que o resultado eleitoral que produz é o que determina a formação do poder político legitimado. Mas nem sempre essa razão do eleitorado é susceptível de ser traduzida num mandato de representação bem definido — isto é, nem sempre o resultado eleitoral tem uma leitura única. E, mesmo quando tem uma interpretação sem ambiguidade, as contingências da evolução política, nos períodos entre eleições, vão fazer surgir novos contextos para os quais não será possível invocar uma efectiva «vontade do eleitorado», que já não pode pronunciar-se sobre as circunstâncias deste novo contexto, diferente daquele em que as eleições foram disputadas. O que há, nestes casos, é uma interpretação «interpolada», onde se usam os últimos indicadores da «vontade do eleitorado» e se simula o que poderá ter sido a sua evolução perante as novas circunstâncias.

Por maioria de razão, a interpretação dos resultados eleitorais torna-se especialmente importante nos períodos de mudança rápida ou de crise na evolução da sociedade. São casos em que o grau de incerteza aumenta consideravelmente quando comparado com períodos de evolução lenta (a diferença entre as águas calmas e as águas agitadas de um rio e, em contextos globalizados, de grandes oceanos), tornando mesmo impossível a formulação de um mandato de representação em termos bem definidos⁵. Nestas condições excepcionais — mas que são as que caracterizam a generalidade das sociedades europeias no presente —, a interpretação dos resultados eleitorais não é uma desvalorização ou uma secundarização da expressão do eleitorado, que perderia a sua limpidez espontânea ao ser apropriada pelos intérpretes. Pelo contrário, essa é uma obrigação dos políticos (que têm essa responsabilidade em primeira linha, sobretudo quando exercem o poder) e dos analistas. É uma obrigação democrática, pois é preciso procurar acompanhar as mudanças de contexto e as consequentes reacções de adaptação da sociedade durante o intervalo entre eleições (justamente quando o eleitorado não existe). Mas também é uma responsabilidade política num outro sentido: promover, através dessa interpretação, a compreensão dos processos de

⁵ Compreende-se a correlação entre períodos de incerteza — por mudança rápida ou por crise — e o aumento dos apelos a, e dos riscos de, fórmulas políticas autoritárias. São contextos em que uma parte do eleitorado pretende desistir da responsabilidade de produzir escolhas eleitorais, optando antes pela transferência dessa responsabilidade para uma personalidade ou para um centro autoritário. Também é nesses contextos que poderes de facto podem aspirar ao exercício da função de «grandes eleitores», substituindo-se à função do eleitorado em nome de um quadro de emergência. E é ainda nestes contextos excepcionais que podem generalizar-se formas de manifestação colectiva de tipo emocional, que acentuam a dinâmica instável entre os apelos a um líder demagógico e a realização de eleições marcadas por esse clima emocional.

mudança ou de crise para que a próxima expressão eleitoral esteja baseada no contexto concreto, e não numa acumulação de ilusões.

Num objecto de análise que transporta tantas implicações, justifica-se a consideração de algumas precauções quando se trabalha neste campo analítico. Não se pode esperar que esses cuidados sejam respeitados pelos agentes políticos, na medida em que o que os motiva é, antes de mais, a justificação das suas próprias concepções: para eles, a «vontade do eleitorado» é uma cobertura para o que querem fazer. Por isso mesmo, é maior a responsabilidade da análise quando usa as indicações eleitorais para que não se transforme numa mera amplificação dos interesses dos agentes políticos.

A primeira dessas precauções tem a ver com os números. Operar com percentagens eleitorais não implica erros sérios quando se analisa apenas uma eleição, mas é enganador quando se faz uma análise eleitoral em períodos longos, comparando diversas eleições: o mesmo valor percentual em eleições diversas pode encobrir realidades políticas muito diferentes. Neste caso, só o número absoluto de eleitores tem significado (designadamente para determinar o que é a evolução no tempo de cada partido, observada através da estabilidade ou das flutuações das suas bases eleitorais). No caso específico de Portugal, a deficiência na actualização do recenseamento também limita a utilização de alguns valores (em especial, a abstenção, que é medida pela diferença entre eleitores e votantes) e constitui mesmo uma limitação decisiva no caso dos referendos (dificultando que possam ser vinculativos na eventualidade de maioria afirmativa).

Uma segunda precaução relaciona-se com os prazos considerados. Não é impossível analisar uma eleição isoladamente e pode mesmo considerar-se que a singularidade de cada contexto eleitoral justifica que cada eleição seja estudada em si mesma. Porém, esta opção perde a possibilidade de colocar cada eleição numa perspectiva evolutiva, que pode revelar indicações que não se detectam quando cada eleição é observada isoladamente. No caso de Portugal, só a consideração do prazo longo desde 1975, desde as eleições fundadoras do actual sistema político, permite identificar as grandes oscilações eleitorais que existem, apesar de haver uma grande estabilidade das fórmulas políticas resultantes dessas sucessivas eleições. Por outro lado, é também aqui que surge uma especial dificuldade na comparação dos resultados neste prazo longo, na medida em que em duas eleições, em 1979 e em 1980, dois partidos, o PSD e o CDS, concorreram coligados⁶.

⁶ O cálculo do valor eleitoral do PSD em 1979 e em 1980 coloca a dificuldade da separação entre o que seria o eleitorado do PSD e do CDS. Em rigor, o mesmo acontece em relação ao PS nessas mesmas eleições, ainda que o peso eleitoral da UEDS e da ASDI seja menos relevante. A resolução desta dificuldade foi encontrada dividindo os resultados da

Uma terceira precaução refere-se ao tratamento da abstenção. Numa primeira leitura, a abstenção não é um resultado eleitoral «nobre», é um resultado residual. Mas, quando se analisam as eleições num período longo, aparece no primeiro plano a evidência de que a abstenção também é uma opção de transição de eleitores que se afastam de um partido ou se dirigem para outro: antes de ser um resultado residual, a abstenção é uma opção escolhida pelos descontentes com o seu voto anterior e que não estão, ou ainda não estão, dispostos a votar por outro partido. Neste sentido, a abstenção é um indicador essencial das mudanças do eleitorado, mas é preciso usar prazos longos para que esta evidência apareça com suficiente nitidez.

Uma quarta precaução tem a ver com as diferenças regionais que se escondem sob os valores nacionais: como são estes os que vão determinar a distribuição do poder, é fácil esquecer que esse valor agregado foi, de facto, construído por valores locais ou regionais que têm as suas tendências próprias. E, se é certo que não são estes valores de pormenor que contam para a formação do poder, nem por isso deixam de ser relevantes para a interpretação dos resultados globais, sobretudo quando estes revelam alterações marcadas em relação às eleições imediatamente anteriores. Em especial, estas são indicações importantes para a programação das campanhas eleitorais nas diferentes zonas do país, pois as suas diferenciações recomendam que o programa estratégico nacional tenha diferentes traduções locais⁷.

Uma quinta precaução incide sobre as eleições consideradas na análise. A regra geral é simples: não devem ser misturadas eleições de tipo diferente. É uma exigência de comparabilidade. Embora em todas as eleições haja o mesmo «mistério do eleitorado», as motivações de participação e a organização das opções são muito diferentes nas legislativas, nas presidenciais, nas

Aliança Democrática pelo PSD e pelo CDS na proporção dos resultados que esses partidos tinham obtido em 1976 (para distribuir os resultados das eleições de 1979) e em 1983 (para distribuir os resultados das eleições de 1980). Comete-se, certamente, um erro — favorável ao CDS em 1979, favorável ao PSD em 1980. Na falta de sondagens após a votação, que ajudariam a fazer uma distribuição mais rigorosa, considera-se que o erro cometido com a aplicação desta fórmula será menor do que o que resultaria de qualquer outra convenção alternativa. E o que se ganha é, como se verá, a oportunidade de fazer comparações significativas do que foram as movimentações do eleitorado. Já foi esta a convenção adoptada no texto «Partidos, eleições e dinâmica política (1975-1991)», in *Análise Social*, vol. xxix, n.ºs 125-126, 1994.

⁷ Por razões de espaço, esta dimensão regional não será tratada neste texto. Sublinha-se, no entanto, que nas nove regiões homogéneas consideradas (Área Metropolitana de Lisboa, Área Metropolitana do Porto, Norte-Litoral, Centro-Litoral, Algarve, Norte e Centro-Interior, Alentejo, Madeira e Açores), em todas se encontram dinâmicas diferentes, com a região Centro-Litoral a «decidir» o sentido da evolução nacional (é a que tem um padrão mais próximo do padrão nacional).

locais, nas regionais da Madeira e dos Açores e nas europeias, tal como nos referendos. Neste texto serão apenas consideradas as eleições legislativas.

O eleitorado tem sempre razão, mas apenas no sentido de, pela sua expressão num dia específico, determinar a composição do poder (ou, pelo menos, de determinar as possibilidades de composição do poder através de alianças). Porém, há outros sinais que estão contidos nos resultados eleitorais e são esses os que a análise eleitoral deve procurar identificar e interpretar, já não no sentido da formação do poder para um período específico (isso não compete aos analistas, mas sim aos detentores do adequado poder institucional), mas no sentido de identificar os padrões de regularidade em que se integram as eleições concretas. É isso que permite a identificação das tendências dinâmicas e, a partir delas, as previsões sobre o que podem ser os resultados de eleições futuras.

2. AS ELEIÇÕES EM PRAZOS LONGOS

As eleições realizadas em Outubro de 1995 constituíram uma importante mudança política em Portugal. Depois de duas maiorias absolutas do PSD, em 1987 e em 1991, a vitória do PS, com valores muito próximos da maioria absoluta, constitui um sinal claro de vontade do eleitorado de que houvesse uma reformulação das linhas de orientação política que tinham sido definidas pelo PSD nos dez anos anteriores. No entanto, a esta mudança política do partido liderante e de protagonistas não correspondeu uma mudança relevante de partidos dominantes: ao crescimento do PS corresponde uma pequena perda do PCP, enquanto à perda do PSD corresponde um aumento significativo no CDS-PP, mas que não explica a dimensão da perda do PSD. O essencial da transferência eleitoral ocorre entre os dois maiores partidos, o PS e o PSD: a mudança eleitoral processa-se principalmente por deslocações no eleitorado do centro, a que não corresponde uma mudança profunda no sentido da orientação estratégica da política. Há, assim, uma diferença relevante entre a vontade de mudança e o conteúdo da mudança — e é nesta diferença que vai estar o factor dinâmico para as eleições seguintes.

Os programas políticos do PS e do PSD não são — sobretudo desde o período de aliança dos dois partidos no «bloco central», entre 1983 e 1985, quando constituíram a plataforma política que finalizou a integração de Portugal na Comunidade Europeia — substancialmente diferentes. O «índice de alternativa» que diferencia os dois partidos é muito baixo e está mais centrado em estilos, em protagonistas e em grupos de clientelas do que em diferenças políticas substanciais. Isso ficou confirmado na apresentação dos programas eleitorais para as eleições de 1995, onde as diferenças entre os dois partidos se centravam, para o PSD, na invocação da obra feita como factor de recupera-

ção dos indicadores económicos e de estabilização das linhas estratégicas de orientação (as «reformas estruturais») e, para o PS, na defesa da necessidade e da possibilidade de se imprimir um outro estilo à governação, mais atento ao diálogo e à negociação, mas sem colocar em causa as anteriores linhas de orientação estratégica. A prática governativa posterior não trouxe alterações a esta base de partida, antes a reforçou até à caricatura da continuidade, onde a vontade de mudança do eleitorado (expressa nos valores eleitorais) não tem tradução em conteúdo de mudança (em termos de estratégia governativa).

Nestas condições, a vontade de mudança, traduzida na alteração das escolhas do eleitorado, terá sido mais um efeito de saturação com o poder anterior, há muito estabelecido e perante o qual mesmo os seus principais protagonistas apareciam a querer distanciar-se (os célebres tabus de Cavaco Silva e as hesitações na condução da campanha eleitoral, com o peso do aparelho partidário a sobrepor-se às tentativas de inovação nas propostas políticas). Este efeito de saturação do eleitorado, associado a uma avaliação dos estilos de governação, não é motivo de surpresa. A análise das condições em que se concretizaram as duas maiorias absolutas do PSD indicava que elas tinham na sua base dois tipos de contributos: o dos eleitores nucleares do PSD mais aqueles que votavam no PSD por rejeição das outras possibilidades, mas também um outro contributo, indirecto, derivado da abstenção, que incidia mais sobre antigos eleitores dos partidos de esquerda (em especial PS e PCP) do que sobre os antigos eleitores do PSD. Isto é, o PSD conseguiu manter os seus eleitores, atrair eleitores que antes votavam noutros partidos e novos eleitores, mas também conseguiu perder menos eleitores para a abstenção do que acontecia com os outros partidos. Era previsível que a longa permanência do PSD no poder viesse pôr em causa essa vantagem estratégica, passando a ser agora este partido o que mais sofreria com o efeito abstenção — que se somaria ao efeito de abandono de eleitores que, pelos mais diversos motivos, se considerassem frustrados nas suas expectativas com a governação do PSD. Depois de duas legislaturas com maioria absoluta, só uma extrema rigidez dos outros partidos ou um excesso de radicalização do ambiente político poderiam oferecer ao mesmo partido uma terceira maioria absoluta.

Por outro lado, a vantagem obtida pelo PSD em termos de estilo voluntarista de governação, que tinha representado uma diferença relevante em relação ao anterior estilo do PS na função governativa, foi perdendo nitidez à medida que se verificavam situações de desvio e de abuso do poder — ou que como tal eram vistas pela opinião pública, através da intermediação da comunicação social. Esbatida esta diferença em relação à comparação que antes se fazia em relação ao PS, ela deixa de ser critério relevante de escolha eleitoral favorável ao PSD e, pelo contrário, transfere a vontade de mudança, ainda que no sentido mínimo de vontade de diferença, para o PS. Como o PS procedeu

a uma alteração relevante da sua direcção política, apelando à participação de personalidades independentes, que apareciam como garantes de que não haveria excessos de partidarização, reforçando esse processo de abertura com uma reformulação do seu programa político de modo a torná-lo mais atraente para o eleitorado central, as possibilidades de reprodução da maioria absoluta do PSD eram muito remotas e, em especial, já não dependiam dos seus dirigentes, dependiam de erros dos adversários ou de uma protecção muito favorável da comunicação social — e nenhuma dessas condições se verificou.

Porém, o modo como se concretiza a mudança política com as eleições de 1995, quando a vontade de mudança do eleitorado só se pode traduzir ao nível dos protagonistas, e não ao nível das linhas de orientação e das políticas concretas, coloca no primeiro plano uma questão: será possível evitar a repetição do efeito de saturação?

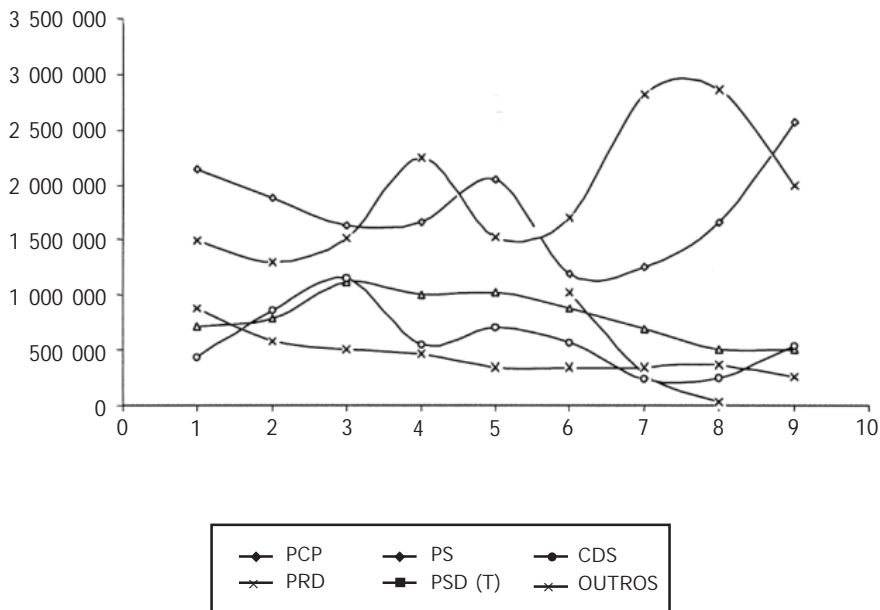
AS NOVE ELEIÇÕES

Nas nove eleições já realizadas há seis movimentos importantes do eleitorado⁸. O primeiro ocorre com a queda do eleitorado do PS e do PSD de 1975 a 1979, com a subida do PCP (que obtém o seu valor máximo em 1979) e a subida do CDS (que terá atingido o seu valor máximo em 1979, pelo menos nos valores transformados que são aqui usados): esta é uma fase em que as relações entre os «grandes» e os «pequenos» partidos ainda não estão estabilizadas. A formação da AD, em 1979, vai implicar um movimento envolvendo cerca de 15% do eleitorado e constitui a segunda alteração relevante, correspondendo a um primeiro efeito de saturação de que a principal vítima terá sido o PS (mas que já está a recuperar eleitorado nas eleições de 1980, até voltar a ser o primeiro partido em 1983). O terceiro movimento do eleitorado acontece em 1983, atinge cerca de 9% e aparece como a consequência do efeito de saturação em relação à Aliança Democrática. O quarto movimento surge em 1985, envolvendo cerca de 21% do eleitorado e com uma queda acentuada do PS (sem benefício para o PCP) em consequência do aparecimento do PRD, que se apresenta com a vocação de explorar o efeito de saturação em relação às práticas governativas do «bloco central». O quinto movimento vai gerar a primeira maioria absoluta do PSD (não obstante o PS ter recuperado parte da sua perda eleitoral anterior), através da perda conjunta de posições do PRD, do CDS e do PCP, envolvendo cerca de 22% do eleitorado. Finalmente, o sexto movimento conduz o PS até próximo da maioria absoluta, depois de um movimento do eleitorado superior a 19% e aproveitando o efeito de saturação em relação ao PSD.

⁸ Por «movimento do eleitorado» entende-se o valor acumulado das variações da votação de cada partido.

As nove eleições (valores nacionais)

[GRÁFICO N.º 1]



Estes movimentos do eleitorado permitem identificar três períodos eleitorais diferentes: uma primeira oscilação até 1979, uma segunda oscilação até 1985 e uma terceira oscilação entre 1985 e 1995. Mas é claro que há duas histórias políticas diferentes, separando os dois partidos dominantes dos outros: a «dupla hegemonia», onde os dois partidos maiores hegemonizam as possibilidades eleitorais do respectivo quadrante político-ideológico. E 1985 é um marco especial, na medida em que o aparecimento (e rápido desaparecimento) do PRD veio revelar a fluidez do eleitorado e veio acentuar a dominação dos dois partidos maiores⁹. Esta fluidez está bem identificada no quadro n.º 1, onde se considera a variação do eleitorado de cada partido em relação à eleição anterior.

A estes valores corresponde um quadro analítico que deve ser apreciado em combinação com o quadro geral das nove eleições: a relativa harmonia deste quadro geral tem na sua base, nas variações de uma eleição em relação à anterior, uma agitação considerável. O número de votantes não tem alte-

⁹ Joaquim Aguiar, «A fluidez oculta num sistema partidário ultra-estável», in *Revista de Ciência Política*, n.º 1, Lisboa, 1985.

ração relevante ao longo do período, sendo de sublinhar apenas as quedas em 1976 e 1983, mas também o aumento de participação em 1995. Os movimentos do CDS-PP são os que apresentam maior amplitude — em grande parte porque os seus valores de base são reduzidos, mas também porque a sua história eleitoral se inter-relaciona com as flutuações do PSD. Pelo contrário, o PCP, depois da sua subida até 1979, perde sistematicamente posições e o melhor que consegue é a estabilização entre 1991 e 1995.

[QUADRO N.º 1]

| | Anos | Eleitores | Votantes | Abstenção | PCP | PRD | PS | PSD (T) | CDS (T) | Outros |
|------|----------------|-----------|----------|-----------|--------|-----|--------|---------|---------|--------|
| I | 1975 | | | | | | | | | |
| II | 1976 | – | – | – | – | – | – | – | – | – |
| III | | | | | | | | | | |
| IV | 1979 | 0,05 | – 0,05 | 1,12 | 0,10 | – | – 0,12 | – 0,14 | 0,97 | – 0,35 |
| V | | 0,04 | 0,10 | – 0,22 | 0,43 | – | – 0,14 | 0,17 | 0,34 | – 0,12 |
| VI | 1980 | | | | | | | | | |
| VII | | 0,02 | 0,00 | 0,20 | – 0,11 | – | 0,02 | 0,48 | – 0,53 | – 0,08 |
| VIII | 1983 | | | | | | | | | |
| IX | | 0,03 | – 0,05 | 0,50 | 0,02 | | 0,23 | – 0,32 | 0,29 | – 0,26 |

Mais interessantes são os movimentos do PSD e do PS: perdendo praticamente o mesmo número de eleitores entre a primeira e a segunda eleição, a evolução posterior separa estas trajectórias de um modo em que uma aparece como o espelho da outra. A dupla hegemonia não é só a dominação de cada um destes partidos no respectivo quadrante político-ideológico, também é uma inevitável articulação das respectivas trajectórias, tal como estas são desenhadas (ou confirmadas) pelo eleitorado, ficando cada um dependente do que for o grau de sucesso ou de fracasso do outro. E são estas duas faces do poder possível em Portugal que explicam o papel vital do efeito de saturação, que é a modalidade pela qual o eleitorado afasta aqueles que a fortuna política já não promove nem defende. De facto, não se está perante questões de virtude, quando as duas bases programáticas poucas diferenças revelam, está-se perante questões de satisfação ou de frustração de expectativas do eleitorado. E disso o juiz é o eleitorado, limitando-se os responsáveis de cada um dos dois partidos a explorar a oportunidade que o outro lhe oferece. É também por esta via que se encontra a explicação para a evidência de que, em Portugal, as eleições são perdidas antes de poderem ser ganhas.

Estas curvas desenhadas pelos eleitores — ainda que nenhum deles saiba que está a desenhá-las com o seu voto — têm outras informações importantes. Uma delas é a que estabelece a comparação entre as diversas oscilações

que ficaram registadas nos números eleitorais. Usando agora apenas os valores do continente (porque a Aliança Democrática só existiu no continente e para isolar o efeito das singularidades que são os sistemas partidários da Madeira e dos Açores), são detectáveis alguns movimentos semelhantes em partidos diferentes. É o que aparece no gráfico n.º 2.

Há movimentos que aparecem «isolados», sem comparação com outros: são os indicados por A, D e E. O movimento A refere-se à queda simultânea do PS e do PSD: o primeiro perde eleitores, o segundo é interferido pelo crescimento do eleitorado do CDS. O movimento D corresponde ao crescimento do PS para as eleições de 1983, mas que é menos acentuado (a curva é menos inclinada) do que outros crescimentos que se encontram no mesmo gráfico. Importa recordar, neste ponto, que as eleições de 1983 são eleições antecipadas, que se realizaram em Abril, depois da dissolução da Assembleia da República, na sequência da desagregação da Aliança Democrática (que, no entanto, ainda dispunha de uma maioria absoluta). É admissível que, se estas eleições antecipadas tivessem sido realizadas mais tarde, um mais acentuado efeito de saturação, provocado pela continuidade da crise da Aliança Democrática, teria beneficiado a votação do PS, podendo mesmo ter dispensado a formação do «bloco central» (que, por sua vez, vai ter um papel crucial na evolução posterior do eleitorado e, em especial, na justificação do lançamento do PRD). O movimento E é específico do PS e oferece um esclarecimento importante sobre o que se passou nas eleições de 1991, quando, como se sabe, o secretário-geral do PS, Jorge Sampaio, foi afastado pelo «choque» que provocou em algumas personalidades do seu partido ao ter «permitido» a segunda maioria absoluta do PSD. A verdade é que, nessas eleições de 1991, o PS tem um resultado significativo, crescendo 33% em relação ao seu eleitorado anterior, o maior crescimento que tinha obtido até então.

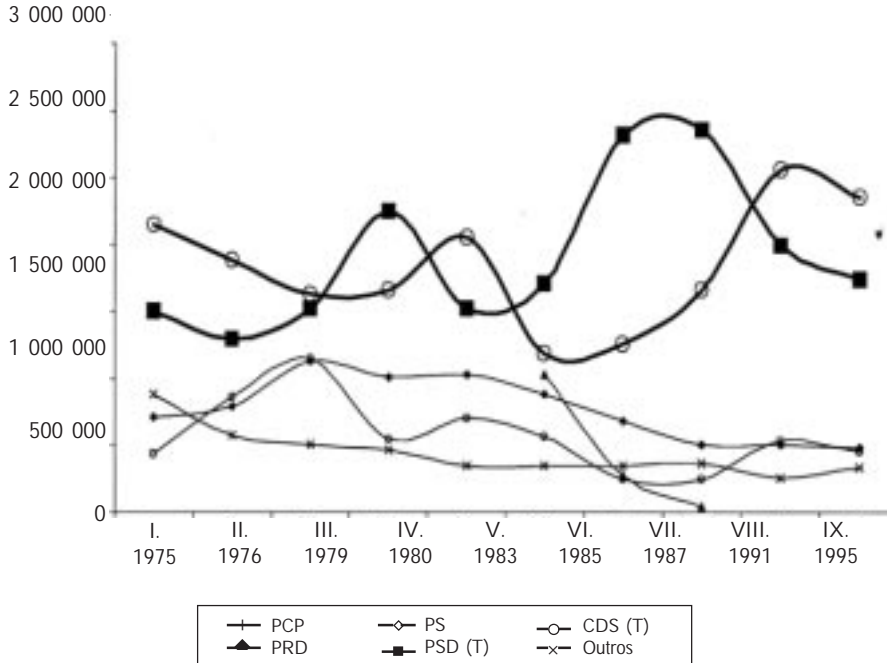
Mais interessantes, porém, são os movimentos B (de crescimento) e C (de queda) que são gerados por partidos diferentes, o PSD e o PS. Os movimentos B são os da conquista de maiorias absolutas, do PSD em 1980 (com a colaboração do CDS) e em 1987, da quase maioria absoluta do PS em 1995. Os movimentos C são movimentos de queda (do PSD em 1983, do PS em 1985 e do PSD em 1995). A articulação entre os movimentos destes dois partidos fica aqui bem ilustrada, confirmando que a dupla hegemonia também é uma inter-relação estreita das respectivas trajectórias: não basta dominarem o respectivo quadrante político-ideológico, também precisam de ter em conta o que o seu adversário principal está a conseguir realizar.

Este quadro também permite identificar o que foi o efeito do PRD, que, ao aparecer na cena política, funcionou como uma estrutura elástica que atraiu eleitores e, depois, os largou (com benefício para o PSD, que, assim, obtém a maioria absoluta de 1987). Finalmente, fica também claro que a maioria absoluta do PSD de 1991 já é uma maioria vulnerável: não cresce

em relação a 1987 e está a iniciar a queda para 1995. Em contrapartida, o crescimento do PS, consumado em 1995, prossegue o crescimento anterior de 1991, que ficou encoberto pela repetição da maioria absoluta do PSD, mas que, não obstante, existiu e foi significativo.

Continente

[GRÁFICO N.º 2]



Apenas como ilustração da comparabilidade dos movimentos (que também podem ser confirmados no quadro n.º 1, onde se registam as taxas de variação de uma eleição em relação à anterior), pode observar-se o gráfico n.º 3, onde se desenharam as tangentes a estas curvas nos pontos significativos. São aproximações suficientes para que se confirme a semelhança dos movimentos nos casos B e C, sublinhando-se que isso acontece em relação aos dois maiores partidos, que, sendo diferentes, têm, afinal, os seus destinos comandados por um processo de co-evolução: cada um vai para onde, e até onde, o outro o deixa ir.

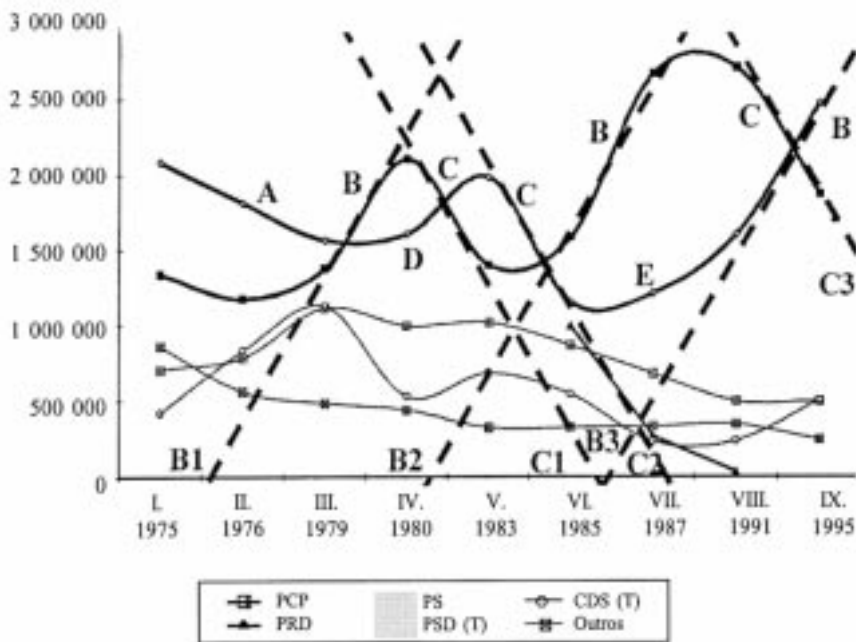
DO EFEITO DE SATURAÇÃO À ABSTENÇÃO

O efeito de saturação de uma sociedade em relação a um modo específico de exercício do poder ou em relação a uma fórmula política pode ser deduzido

analiticamente, utilizando a análise de sondagens, as análises matriciais e os diagramas multifactoriais. Qualquer destes métodos é eficaz quando aplicado aos grupos sociais que têm um maior envolvimento político, que acompanham a informação política com mais interesse. Porém, nenhum deles esclarece como o eleitorado forma a sua opinião e realiza as suas transições entre escolhas diferentes em eleições sucessivas, tendo em conta que muitos dos elementos que integram o eleitorado dedicam uma atenção muito limitada à evolução das questões políticas. A história eleitoral portuguesa aparece como sendo muito mais instável e agitada do que a história política: enquanto esta tem uma gradual mas persistente evolução para o centro e para a perda de diferenciação dos partidos, aquela revela uma grande vitalidade, com movimentos pronunciados do eleitorado, com uma intensidade que não tem correspondência na intensidade dos debates programáticos.

Continente

[GRÁFICO N.º 3]



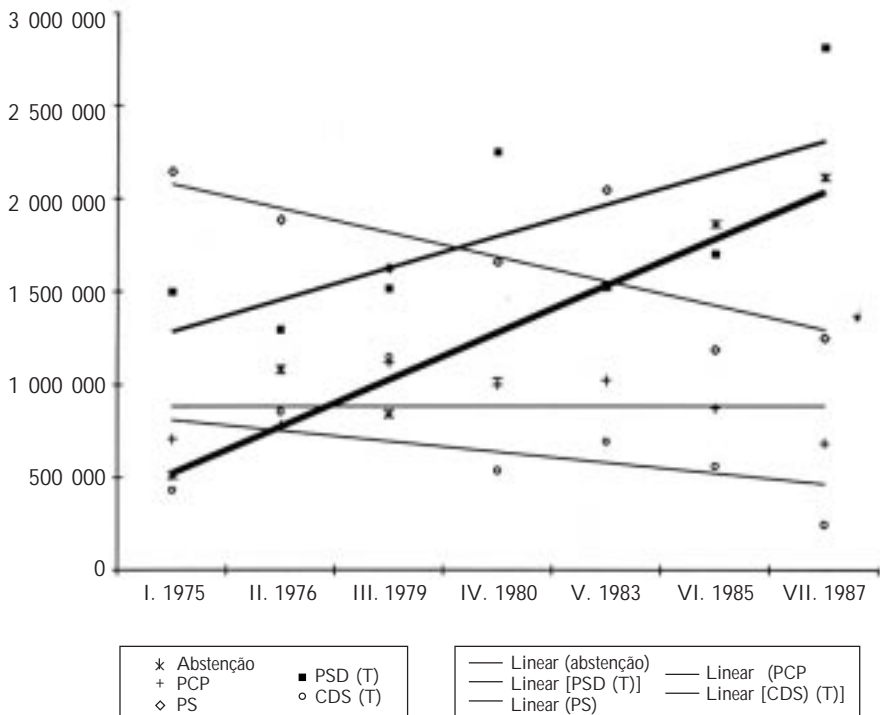
A importância assumida pelo efeito de saturação como factor explicativo da intensidade dos movimentos eleitorais justifica que se analise a abstenção como um indicador adicional dessas dinâmicas do descontentamento. A ligação entre o efeito de saturação e os valores da abstenção parece razoável: a abstenção funcionaria como uma escolha intermédia ou de transição entre votos diferentes. Porém, as graves deficiências na actualização do recen-

seamento tornam o valor da abstenção, quando medido como a diferença entre eleitores e votantes, pouco relevante. Por isso, é aconselhável considerar a abstenção apenas em relação com a evolução das votações nos partidos, estudando as correlações entre estas séries. É evidente que esta precaução não corrige o erro contido no valor da abstenção, mas é razoável aceitar-se que esse erro é idêntico para todos os partidos e que, portanto, as correlações entre as votações nos partidos e a abstenção são estruturalmente válidas. É uma análise que oferece uma indicação importante: o perfil da abstenção altera-se entre o período 1975-1987 e o período 1987-1995, como pode ver-se nos dois gráficos seguintes.

No primeiro período, entre 1975 e 1987, a recta de regressão da abstenção cruza as rectas de regressão do PS, do PCP e do CDS, o que significa que votantes destes partidos contribuíram para o aumento da abstenção. Pelo contrário, a recta de regressão do PSD é quase paralela à recta de regressão da abstenção, o que indicia uma muito menor contribuição de votantes do PSD para a abstenção (ou que esses foram compensados pela captação de novos eleitores). Em todo este período, os votantes do PSD aumentam, ao contrário do que acontece com os votantes dos outros partidos.

Resultados nacionais 1975-1987

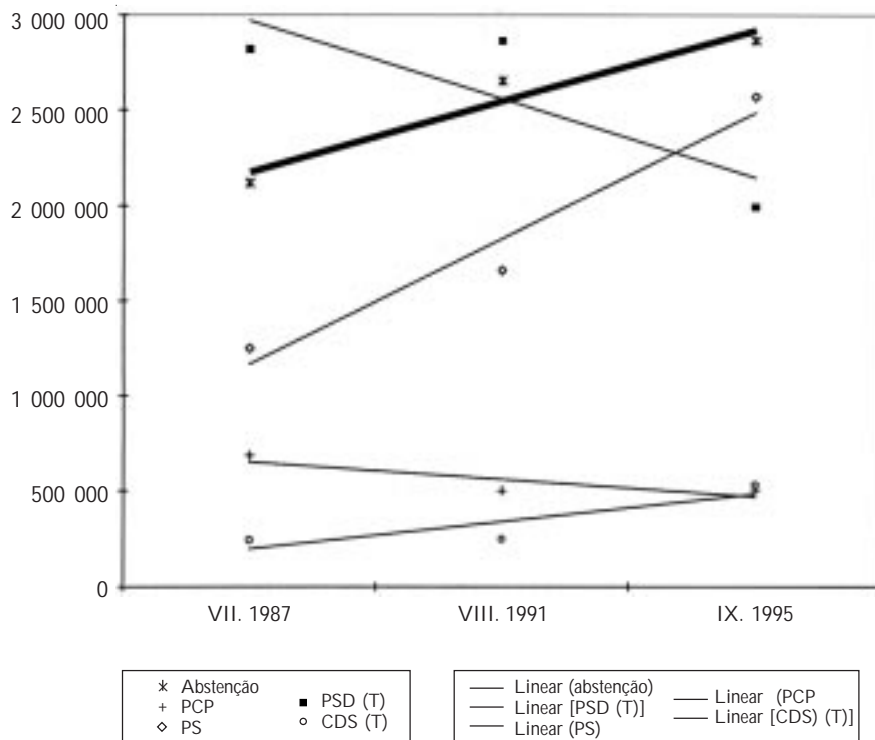
[GRÁFICO N.º 4]



Quando se passa para o período 1987-1995, o padrão das correlações é completamente diferente.

Resultados nacionais 1987-1995

[GRÁFICO N.º 5]



Agora é a recta de regressão do PSD que cruza a recta de regressão da abstenção e é a recta de regressão do PS que aparece quase paralela à abstenção, do mesmo modo que é o número de votantes no PSD que diminui e o número de votantes no PS que aumenta. É a inversão, no que se refere aos dois grandes partidos, da relação anterior, confirmando que a variação do centro de saturação se reflecte no comportamento da abstenção.

Estas relações não alteram o seu padrão pelo facto de o valor absoluto da abstenção estar influenciado pela desactualização do recenseamento, de que resulta um excesso do número oficial de eleitores, a menos que fosse possível provar que a distribuição deste erro incide mais nalguns partidos do que noutros. Nestas condições, justifica-se sublinhar o papel específico da abstenção na interpretação dos movimentos do eleitorado: a vitória e a derrota

e, sobretudo, a questão da obtenção da maioria absoluta por um só partido dependem da conquista de votantes, mas também dependem da capacidade para evitar que anteriores votantes optem pela abstenção: a abstenção é uma variável suficientemente significativa para oferecer a vitória aos outros, dando um novo sentido à expressão «as eleições começam por ser perdidas por uns antes de poderem ser ganhas por outros».

AS ELEIÇÕES DE 1995

Integrando-se sem descontinuidade nesta história eleitoral longa, as eleições de 1995 apresentam duas particularidades dignas de nota. A primeira refere-se à troca de posições entre o PSD e o PS: em todas as regiões, em todos os concelhos, o número de votantes do PSD em 1987 e em 1991 passa a ser o número de votantes do PS em 1995. É uma indicação tão regular que confirma a «mistura oscilante» deste eleitorado: os que não se refugiam na abstenção oscilam livremente de um partido para o outro. A segunda particularidade tem a ver com o CDS-PP, que, em relação às eleições anteriores, duplica a sua votação e também com uma grande regularidade regional.

Estas duas particularidades ajudam a compreender melhor o que é o estatuto da dupla hegemonia. Se é claro que o PS e o PSD são os partidos dominantes no respectivo quadrante político-ideológico, não é menos claro que o seu sucesso eleitoral também depende da sua capacidade para conquistar o eleitorado do outro partido que está no seu quadrante e da sua capacidade para evitar a transferência do eleitorado central. Ao contrário do que se conclui numa observação superficial, estas duas condições não são disjuntivas, podem ser cumulativas e só conduzem ao sucesso se forem cumulativas. A sequência estratégica mais provável é conquistar o centro para, depois, atrair o eleitorado do extremo através da construção de uma imagem de vitória a que esse eleitorado acabará por desejar associar-se, tornando, assim, as duas condições cumulativas. Pelo contrário, é mais provável que aquelas condições se neutralizem se for adoptada a sequência oposta, tentando primeiro atrair o extremo para, depois, partir para a conquista do centro, levando a uma relação disjuntiva, com desconfiança do centro e incerteza no extremo que se pretende controlar.

Neste sentido, estas eleições de 1995 também contribuíram para esclarecer a questão da assimetria no sistema partidário português. A existência do PCP, no quadrante da esquerda, e a recusa do PS em estabelecer uma aliança formal com este partido por receio de assim perder o acesso ao centro pareciam estabelecer uma diferença essencial com o quadrante da direita, onde os dois partidos, CDS/PP e PSD, podiam estabelecer relações de aliança sem que o partido aí dominante ficasse impedido de se relacionar com o eleitorado do centro. Verifica-se agora que não era assim: em Portugal, como também em França, o crescimento do partido mais pequeno na direita, se for conseguido em oposição ao partido maior, é uma ameaça eficaz contra a estratégia eleitoral

do partido maior — e até mais eficaz do que a ameaça do PCP em relação ao PS, na medida em que o CDS-PP pode estabelecer uma «aliança operacional» com o PS que desvaloriza e neutraliza o PSD, enquanto o PCP nunca poderá aceitar o modelo da «aliança operacional» duradoura com o PSD (classificado como uma força da direita) para atacar o PS. Afinal, a assimetria estava onde não se via — e continuaria oculta se o eleitorado não a tivesse revelado.

3. AS CONFIGURAÇÕES POLÍTICAS

A análise eleitoral pode ficar limitada às interpretações do passado e nem por isso o seu objecto de análise perderia interesse. No entanto, a identificação dos padrões dinâmicos tem uma ambição superior, a possibilidade de prever o que poderá ser o resultado das eleições seguintes. Não se trata de fazer prognósticos eleitorais (a natureza do eleitorado é ser um elemento aleatório na distribuição do poder), mas justifica-se procurar identificar o que serão os factores que irão condicionar as próximas escolhas eleitorais. Nos pontos anteriores, a atenção concentrou-se no eleitorado e nas curvas que o eleitorado foi desenhando ao longo do tempo e das oportunidades eleitorais. No entanto, também há o contexto político em que essas escolhas eleitorais são feitas, sendo certo que essas configurações concretas condicionam o que vai ser o padrão eleitoral: votar à direita depois da mudança de regime, nas eleições de 1975, ou votar à esquerda antes da crise de 1989-1991, são atitudes que não têm comparação com o que são os actuais contextos, com o que significa hoje votar na direita ou na esquerda. Do mesmo modo, a alteração das clivagens que separam os grupos eleitorais e, em especial, as novas clivagens transversais que ultrapassam as divisões tradicionais entre direita e esquerda, para se estruturarem em termos de corporativismos defensivos e de capacidades de modernização competitiva, também não facilitam a passagem directa das eleições do passado para as eleições do futuro. Por fim, não se pode ignorar o que é o novo papel configurante das problemáticas europeias e da produção de legislação e de políticas de convergência que condicionam as legislações e políticas nacionais. Todos estes factores novos recomendam especiais precauções quando se trata de projectar os padrões eleitorais do passado no futuro.

Apesar disso, parece razoável continuar a centrar a análise nos factores de saturação. Estes tanto podem surgir contra um protagonismo agressivo, como aconteceu com a rejeição do «estilo» associado às maiorias absolutas do PSD, como contra um protagonismo passivo, do tipo do que se instalou depois das eleições de 1995. Basta que alguns interesses sociais sejam atingidos para que a dinâmica de flutuação do eleitorado central volte a estar activa, sendo certo que a fidelidade partidária é muito fraca nesta zona do eleitorado decisivo. Se a anterior evolução eleitoral evidencia que há dinâmi-

cas de co-evolução entre os partidos (entre os dois partidos dominantes e dentro de cada área de hegemonia), o efeito mais recente das pressões corporativas e do adiamento das reformas tendentes a recuperar a viabilidade de dispositivos (como o da segurança social e do financiamento da saúde) ou a estabelecer condições de competitividade (na educação e formação, assim como na organização das empresas e departamentos) tem como consequência estratégica geral a colocação do sistema político a operar longe do equilíbrio — o que significa que pequenas causas podem gerar grandes e inesperados efeitos¹⁰. O protagonismo passivo e a continuidade das linhas de orientação vindas do passado não são defesas eficazes para a eventualidade de uma crise.

Neste quadro de incerteza natural (não é uma deficiência da análise, é uma propriedade associada ao estado do sistema político, não só em Portugal, como na generalidade das sociedades europeias), importa sublinhar o peso da configuração corporativa, que só encontra paralelo com a situação encontrada no período do «bloco central». Esta configuração corporativa conduz à cooptação destes centros de influência por parte dos responsáveis pelo poder político, que, por isso mesmo, ficam prisioneiros da satisfação continuada dessas diversas clientelas, perdendo a possibilidade de estabelecerem uma direcção política consistente. Poderá não haver repercussões eleitorais importantes destes factos desde que tudo evolua de modo normal. Porém, na eventualidade de ocorrer uma crise, ou várias manifestações sectoriais de uma mesma crise geral, aquela deficiência de direcção política terá efeitos eleitorais incontroláveis, onde o efeito de saturação pode difundir-se com grande rapidez (aliás, tal como aconteceu entre 1994 e 1995).

Neste sentido aponta também o facto, inédito no sistema democrático português, de haver, desde 1996, sintonia institucional nos órgãos políticos superiores, com o presidente da República, o governo e a maioria parlamentar integrados na mesma família política. Este facto reduziu drasticamente a conflitualidade institucional socialmente visível, podendo mesmo dizer-se que, para todos os efeitos práticos (isto é, para a canalização do debate político de alternativas e para a mobilização da população para grandes objectivos estratégicos, designadamente nas políticas de modernização), a conflitualidade institucional foi neutralizada. É neste facto, na inédita estabilidade das relações institucionais superiores, que está a origem da proliferação das conflitualidades institucionais secundárias, que assumem as formas corporativas de gradual, mas irreversível, fragmentação do poder. A sintonia institucional é um factor de estabilidade eleitoral em condições de normali-

¹⁰ Sobre co-evolução e sistemas a operar longe do equilíbrio, v. W. Brian Arthur, Steven N. Durlauf e David A. Lane (eds.), *The Economy as an Evolving Complex System*, II, *A Proceedings Volume in the Santa Fe Institute Studies in the Science of Complexity*, Perseus Books, Reading, Massachusetts, 1997.

dade, mas transforma-se em revelação de bloqueamento quando é preciso mobilizar a sociedade para responder à emergência de um contexto de crise, de anormalidade.

É nestas circunstâncias, de incerteza natural e de enfraquecimento do poder legítimo corroído pelo corporativismo, que o papel do eleitorado assume o seu verdadeiro valor estratégico. Mesmo que o eleitorado só exista por um intervalo de doze horas, é dele que depende a emergência de uma resposta à crise política latente, que continua oculta sob a aparência da continuidade e da normalidade. É do eleitorado que depende a compreensão social e o reconhecimento político da mudança do campo estratégico (com a integração europeia, com a crise de 1989-1991 e com a globalização competitiva) e de mudança das configurações (em termos de clivagens relevantes, de relações institucionais e de confrontos corporativos). Sem a ajuda do eleitorado, os responsáveis políticos continuarão a pretender governar nos campos estratégicos e nas configurações do passado — sem sucesso, mas com a conservação do seu poder. O eleitorado não é analista, mas é sensível (e a evolução dos resultados eleitorais em Portugal confirma-o) à evidência do fracasso. Não importa que o eleitorado saiba o que elege, só interessa que escolha e faça funcionar as propriedades estatísticas dos grandes números.

Nas eleições de 1995, a clara vontade de mudança expressa pelo eleitorado não teve correspondência no conteúdo da mudança política. As eleições de 1999 serão disputadas em função da continuidade e da saturação, por um lado, e em função da mudança e da mobilização estratégica, por outro lado. O resultado será decidido pela comparação entre o grau de saturação e o potencial de mobilização. O mais provável é que o conteúdo da mudança necessária acabe por bloquear a vontade de mudança, prolongando-se a continuidade até que a emergência da crise force a mudança.

4. NOTA FINAL

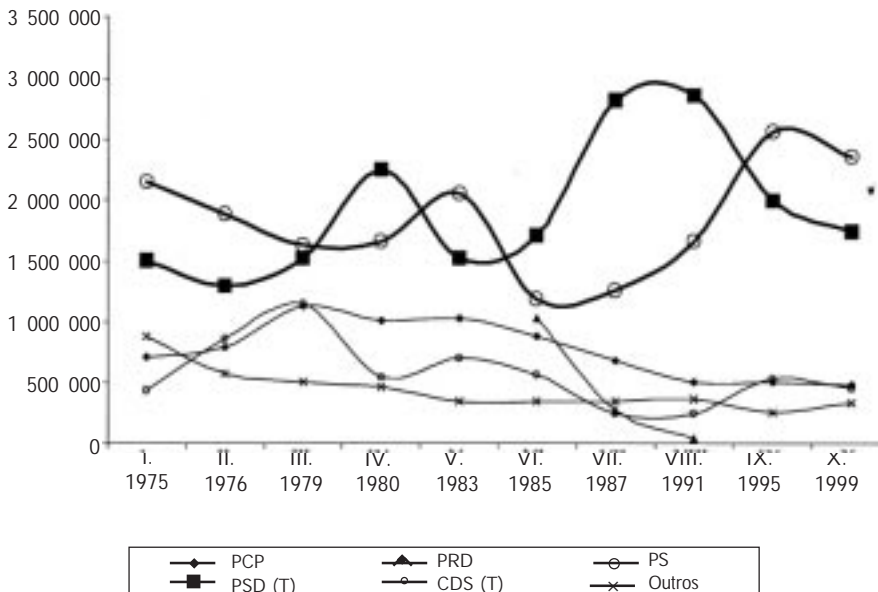
As peculiaridades da publicação deste texto acabaram por implicar que entre a sua escrita e a sua publicação ocorressem as eleições legislativas de 1999. Na medida em que, na sua versão inicial, o texto estabelecia uma previsão para o que iria acontecer em 1999 e o que seriam as interpretações dos seus resultados esperados, é irresistível acrescentar esta nota final, escrita no momento da correcção das provas do texto original. É irresistível porque seria difícil querer uma melhor confirmação para o que eram as conclusões do texto na sua versão inicial. Mas também é irresistível porque é preciso explicitar o que são as conclusões preocupantes que decorrem da interpretação dos resultados eleitorais de 1999 e do que eles significam como esclarecimento da tendência longa que se iniciou em 1975.

Entre 1995 e 1999 confirmou-se que «o conteúdo da mudança necessária acabou por bloquear a vontade de mudança, prolongando-se a continuidade». Os resultados eleitorais de 1995 não geraram uma «nova maioria», pois as linhas de política seguidas não conseguiram realizar uma mudança do campo estratégico, apenas acentuaram a lógica distributiva centrada nos fundos comunitários («descontado» este efeito comunitário, o crescimento económico português foi insignificante, designadamente porque não foi aproveitado o efeito da descida das taxas de juro, um benefício fundamental — por diminuição da taxa de risco associado às actividades económicas em Portugal — de origem comunitária e para o qual a evolução da economia portuguesa em nada contribuiu). É isso mesmo o que aparece nos resultados eleitorais de 1999, mesmo que o eleitorado não tivesse sido devidamente informado do significado destes indicadores.

O improvável e irónico empate de número de deputados entre o grupo parlamentar do poder e os grupos parlamentares das oposições não revelou apenas o fracasso da «nova maioria» (que, afinal, não era nova e, por isso, não chegou a criar a dinâmica mobilizadora para ser maioria absoluta), também revelou que, pela primeira vez, os grupos políticos das oposições não mostraram ter capacidade de atracção dos eleitores que se afastam por saturação. Como se pode ver no gráfico n.º 6, todos os partidos perderam eleitores, o que vem sublinhar a importância dos valores da abstenção para a interpretação da dinâmica política e vem confirmar que o eleitorado sabe mesmo aquilo que não lhe é dito.

Continente

[GRÁFICO N.º 6]



A evidência da queda do número de eleitores de todos os partidos (com excepção do grupo residual «Outros», por efeito do aparecimento do Bloco de Esquerda, mas que é um efeito quantitativo marginal em relação aos grandes grupos do eleitorado) tem especial saliência no caso dos dois partidos dominantes, o PS e o PSD, que assim retomam o perfil que se tinha encontrado nas primeiras duas eleições, em que também ambos perderam eleitores simultaneamente (mas com crescimentos relevantes do CDS e do PCP). Porém, se os perfis são idênticos, as épocas políticas são muito diferentes: o que se encontra em 1999 é um efeito de maturação do sistema partidário, já não pode ser interpretado como um ajustamento do eleitorado a um sistema partidário de formação recente. O que está agora em causa é uma dinâmica de desafecção, com os eleitores a desaparecerem porque não encontram ponto de fixação. É uma configuração do eleitorado estruturalmente nova, mas que coexiste com uma configuração política de continuidade nas linhas de orientação, tanto de quem está no poder como de quem está na oposição. A conclusão é inevitável e corresponde ao que também se dizia na versão inicial deste texto: «prolongando-se a continuidade até que a emergência da crise force a mudança».

De facto, não são os partidos nem as personalidades políticas que estão a comandar a evolução da sociedade portuguesa. Esta está entregue à dinâmica da sua própria crise, à impossibilidade de sustentar a continuidade. Mas, na medida em que os responsáveis políticos se revelam incapazes de formular o reconhecimento deste facto, só o eleitorado poderá gerar a alternativa política que tenha condições para gerir a mudança depois de a crise se tornar socialmente evidente. Noutras épocas, quando o poder militar podia ser um interveniente político de primeiro plano, ou quando o poder eclesiástico podia influenciar as decisões do rei, seria forte a possibilidade de se evoluir no sentido de configurações políticas autoritárias, com o pretexto de evitar a maturação natural da crise. É justamente porque o intervencionismo militar não é uma hipótese realista e porque o poder eclesiástico não existe que a dinâmica política na sociedade portuguesa fica agora entregue à combinação dos sinais de crise com as escolhas do eleitorado. É desta combinação, que é contingente mas não é arbitrária, que depende a nova configuração do sistema político em Portugal, a que não se poderá chegar sem introduzir factores de descontinuidade em relação à evolução anterior. Haverá, naturalmente, a oportunidade para o aparecimento de personalidades populistas, mas as limitações orçamentais não lhes oferecem espaço de manobra. Será mais importante o papel do eleitorado para gerar alternativas à continuidade, por força das coisas, do que o papel das personalidades políticas na mobilização do eleitorado, por força das ideias.